



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO N° 020/2021/CGM/PMBJN

Bom Jesus do Norte - ES, 13 de setembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
**FLÁVIO BERNARDES MASCARENHAS**  
Vereador - Presidente da Câmara Municipal

**Assunto:** Atendimento a Normativa nº 074/2021 - TCE-ES.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar cópia da Instrução Normativa exarada pela Corte de Contas do Estado que versa sobre restituição de saldo financeiro decorrente de repasses na forma de duodécimo ao final de cada exercício financeiro, para cientificar Vossa Excelência e recomendar adoção de as providências que o caso requer.

Sem mais para o momento, a Controladoria-Geral do Município – CGM reitera protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

**RAFAEL GUIMARÃES DE OLIVEIRA**  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 0109/2019

Recebi em, 13 / 09 / 21  
Horas 13 : 59  
Ass.:

Processo: 02729/2021-1

Instrução Normativa Nº 74, de 15 de junho de 2021.

DOEL-TCEES 16.6.2021 - Edição nº 1882

**Dispõe sobre a restituição do saldo financeiro de que trata o artigo 168, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, introduzido pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TCEES)**, no uso das competências conferidas pelo artigo 71 c/c o artigo 75, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 71, da Constituição do Estado do Espírito Santo e pelos artigos 1º e 2º, da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012;

**Considerando** que, no âmbito de sua jurisdição e para o exercício de sua competência, assiste-lhe o poder regulamentar de expedir atos ou instruções sobre matéria de sua atribuição, obrigando seus jurisdicionados ao cumprimento, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar Estadual 621/2012;

**Considerando** o artigo 428, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013;

**Considerando** a inclusão do § 2º no artigo 168 da Constituição da República Federativa do Brasil pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021, publicada no Diário oficial de União em 16 de março de 2021;

**Considerando** a previsão constitucional de que o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimo deverá ser restituído ao caixa único do



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

Tesouro do ente federativo ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte;

**Considerando** o disposto no art. 43, parágrafos 1º e 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual o superávit financeiro corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro e é apurado anualmente no balanço patrimonial do Órgão ou Poder, no encerramento do exercício; e

**Considerando** o disposto no item 4.5.4, da Parte V, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e que o § 2º do art. 168 da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional 109/2021, impõe a obrigatoriedade de restituição do saldo financeiro apenas quando decorrente da sobra dos recursos entregues sob a forma de duodécimos;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Para fins do disposto no art. 168, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, incluído pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021, o saldo financeiro de recursos oriundos do repasse de duodécimos a Órgãos e Poderes do Estado e dos municípios do Estado do Espírito Santo, deverá ser restituído ao caixa único do Tesouro do respectivo ente federativo ou deduzido das parcelas duodecimais do exercício seguinte.

**§ 1º.** Entende-se por saldo financeiro o valor do superávit financeiro decorrente dos recursos ordinários entregues sob a forma de duodécimos, nos termos do art. 168, da Constituição da República Federativa do Brasil, a ser apurado anualmente, no encerramento do exercício, no balanço patrimonial do Órgão ou Poder.

**§ 2º.** O saldo financeiro de que trata o art. 168, da Constituição da República Federativa do Brasil, apurado na forma do parágrafo anterior, não inclui as fontes de recursos ordinários vinculados a órgão, fundo ou despesa.



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

§ 3º. Cada ente federativo poderá regulamentar as condições e os prazos para restituição e dedução do saldo financeiro, a ser apurado na forma deste artigo, a partir do encerramento do exercício de 2021.

**Art. 2º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2021.

**RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN**

Conselheiro Presidente

**RODRIGO COELHO DO CARMO**

Conselheiro Corregedor

**SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO**

Conselheiro Ouvidor

**SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Conselheiro

**SÉRGIO MANOEL NADER BORGES**

Conselheiro



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913

**LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA**

Conselheiro

**JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI**

Em substituição

Fui presente:

**LUÍS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA**

Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Este texto não substitui o publicado no DOEL-TCEES 16.6.2021



+55 27 3334-7600



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritosanto



Rua José de Alexandre Buaiz, 157 - Enseada do Suá | Vitória - ES | CEP: 29050-913